



ESTADO DE MATO GROSSO
MUNICÍPIO DE COMODORO
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER JURÍDICO¹ n. 233/2021

Processo Administrativo: s/n (originário do Comodoro Previ)
Assunto: Aposentadoria por invalidez com proventos proporcionais
Interessada: Maria Luzia de Paiva Martins

Ementa. Aposentadoria por invalidez. Regime Próprio de Previdência Social do Município de Comodoro. Verificação dos requisitos legais. Preenchimento. Ato vinculado de concessão. Proventos Proporcionais. Parecer jurídico favorável.

1. Relatório.

Trata-se o presente de requerimento formulado pela Sra. Maria Luzia de Paiva Martins, portadora do RG n. 21546525, SSP MT, CPF n. 348.835.092-49, servidora pública do Município de Comodoro, matrícula n. 2406, dirigido ao Ilmo. Sr. Gustavo André Rocha, Diretor Executivo do Comodoro-Previ, objetivando a concessão de aposentadoria por invalidez, amparada pelo art. 40, §1º, I, da Constituição Federal, bem como da Lei Municipal n. 1.519/2014.

A servidora pública efetiva em comento ocupou o cargo de monitora de educação básica, lotada na pasta da Secretaria Municipal de Educação, nomeada por meio da Portaria n. 189/2006 de 28.07.2006, conforme consta dos assentamos funcionais inclusos no processo administrativo.

Constam também no processo administrativo, além do requerimento inicial acima citado, os seguintes documentos:

¹ “O parecer não é ato administrativo, sendo, quando muito, ato de administração consultiva, que visa a informar, elucidar, sugerir providências administrativas a serem estabelecidas nos atos de administração ativa. STF - MS 24.073/DF – Rel. Min. Carlos Velloso, DJ 31/10/2003.”



**ESTADO DE MATO GROSSO
MUNICÍPIO DE COMODORO
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

- Declaração de que não cumula cargo ilegal, nos termos do art, 37, XVI, da CF;
- Declaração da requerente informando seu atual endereço e que não responde a qualquer processo administrativo disciplinar;
- Declaração de que tem ciência da redução salarial que poderá ocorrer em virtude da aposentadoria por invalidez;
- Lista das remunerações percebidas pela servidora em questão, emitida pelo Comodoro-Previ, onde se demonstra o valor a ser recebido em virtude da aposentaria com proventos proporcionais;
- Documentos pessoais da requerente (RG; CPF);
- Certidão funcional exarada pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal;
- Registro de Funcionário;
- Certidão de Tempo de Serviço;
- Certidão de Tempo de Contribuição;
- Portaria n. 189/2006 e 294/2008– Nomeação;
- Portaria n. 10/2021 – Comodoro Previ – concessão do benefício;
- Publicação da Portaria n. 10/2021 no Diário Oficial dos Municípios nº 3.762, em 02/07/2021;
- Fichas financeiras;
- Laudo médico pericial elaborado em 22/04/2021, – aposentaria por invalidez;
- Parecer técnico nº 08/2021 da Unidade de Controle Interno.

É a síntese do necessário.

2. Fundamentação.

No mérito do presente requerimento, analisando a legislação municipal juntamente com as demais leis previdenciárias, com o necessário respeito às regras Constitucionais, verificamos, s.m.j, a plausibilidade do requerimento inicial, vejamos:



ESTADO DE MATO GROSSO
MUNICÍPIO DE COMODORO
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

O direito à aposentadoria por invalidez esta amparada pelo art. 40², §1º, I, da Constituição Federal, abaixo transcrito:

“Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

Dessa forma, verificamos que o requerimento encontra guarida constitucional, conforme acima transcrito, com a ressalva dos proventos proporcionais.

Quanto a esse tema, a Legislação do Comodoro-Previ, Lei 1.519/2014, faz expressa menção e regula sua forma de aferição, vejamos:

“Art. 35. No cálculo dos proventos de aposentadoria previsto nos arts. 12 e 87 desta Lei, será considerada a

² Redação anterior à EC nº 103/2019.

Art. 4º. § 9º Aplicam-se às aposentadorias dos servidores dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios as normas constitucionais e infraconstitucionais anteriores à data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, enquanto não promovidas alterações na legislação interna relacionada ao respectivo regime próprio de previdência social.



**ESTADO DE MATO GROSSO
MUNICÍPIO DE COMODORO
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.

§ 1º. As remunerações consideradas no cálculo do valor inicial dos proventos terão os seus valores atualizados, mês a mês, de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários-de-contribuição considerados no cálculo dos benefícios do regime geral da previdência social.

§ 2º. A base de cálculo dos proventos será a remuneração do servidor no cargo efetivo nas competências a partir de julho de 1994 em que não tenha sido instituído a contribuição para o regime próprio.

§ 3º. Os valores das remunerações a serem utilizadas no cálculo de que trata este artigo serão comprovados mediante documento fornecido pelos órgãos e entidades gestoras dos regimes de previdência aos quais o servidor esteve vinculado.

§ 4º. Para os fins deste artigo, as remunerações consideradas no cálculo da aposentadoria, atualizadas na forma do § 1º deste artigo, não poderão ser:

I - inferiores ao valor do salário mínimo.

II - superiores ao limite máximo do salário-de-contribuição, quanto aos meses em que o servidor esteve vinculado ao regime geral de previdência social.

§ 5º. Para o cálculo do valor inicial dos proventos proporcionais ao tempo de contribuição, será utilizada fração cujo numerador será o total desse tempo e o denominador, o tempo necessário à respectiva aposentadoria voluntária com proventos integrais.



ESTADO DE MATO GROSSO
MUNICÍPIO DE COMODORO
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

§ 6º. No cálculo dos proventos proporcionais, o valor resultante do cálculo da média será previamente confrontado com o limite de remuneração do cargo efetivo previsto no §7º, para posterior aplicação da fração de que trata o § 5º.

§ 7º. Os proventos, calculados de acordo com o caput, por ocasião de sua concessão, não poderá ser inferior ao salário mínimo nem exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

§ 8º. Os períodos de tempo utilizados no cálculo previsto neste artigo serão considerados em número de dias.”

Nessa trilha, é importante ressaltar que a Requerente fez expressa manifestação de que concorda com a possível redução dos seus vencimentos em decorrência da aposentadoria por invalidez, conforme Certidão já comentada e anexada no presente processo administrativo.

Anotamos, também, que esta prevista na Lei do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos, Comodoro-Previ, a possibilidade da aposentadoria por invalidez, à semelhança do texto previsto na Constituição Federal, abaixo demonstrado:

“Art. 12. Os servidores abrangidos pelo regime do COMODORO-PREVI serão aposentados:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas no art. 13:

a) a invalidez será apurada mediante exames médicos realizados segundo instruções emanadas do COMODORO-PREVI e os proventos da aposentadoria serão devidos a partir do dia seguinte ao do desligamento do segurado do serviço.

b) a doença ou lesão de que o segurado filiado na data da posse ao COMODORO-PREVI já era portador não lhe



**ESTADO DE MATO GROSSO
MUNICÍPIO DE COMODORO
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.”

Verificamos que a aposentadoria por invalidez deve ser precedida, inevitavelmente, de laudo médico específico que demonstre a lesão permanente, incapacitante para a continuação da prestação dos serviços, somada aos cálculos proporcionais dos proventos, exceto se a invalidez decorreu de acidente em serviço ou de doença grave especificada no art. 13 da Lei do RPPS. (Lei 1.519/2014).

Compulsando os documentos do processo administrativo, averiguamos que a Requerente passou por perícia médica oficial onde foi constatada a incapacidade para o trabalho, contudo sem decorrer de acidente do trabalho ou de moléstia profissional.

O laudo pericial é assinado por dois profissionais médicos, Dr. Vagner Hoffmann (CRM-RO 3460) e Dra. Alessandra Santos Costa (CRM_RO 3064), sendo elaborado em 22/04/2021.

Dessa forma, restaram comprovados os requisitos para a aposentadoria por invalidez com proventos proporcionais.

Deste modo, a teor do art. 40, §1º, I, da CF, não cabe a Requerente aposentadoria com proventos integrais, e sim proporcionais.

Somado a isso, temos também demonstrado pelos exames e laudos médicos constantes do processo administrativo que as moléstias que afligem a Suplicante não coincidem com qualquer das presentes no rol da Portaria Interministerial MPAS/MS Nº 2.998/2001, abaixo transcrita:

“OS MINISTROS DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL E DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhes confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal de 1998, e tendo em vista o inciso II do art. 26 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e o inciso III do art. 30 do Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, resolvem:



ESTADO DE MATO GROSSO
MUNICÍPIO DE COMODORO
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 1º As doenças ou afecções abaixo indicadas excluem a exigência de carência para a concessão de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez aos segurados do Regime Geral de Previdência Social - RGPS:

- I - tuberculose ativa;
- II - hanseníase;
- III - alienação mental;
- IV - neoplasia maligna;
- V - cegueira
- VI - paralisia irreversível e incapacitante;
- VII - cardiopatia grave;
- VIII - doença de Parkinson;
- IX - espondiloartrose anquilosante;
- X - nefropatia grave;
- XI - estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante);
- XII - síndrome da deficiência imunológica adquirida - Aids;
- XIII - contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada; e
- XIV - hepatopatia grave.

Art. 2º O disposto no artigo 1º só é aplicável ao segurado que for acometido da doença ou afecção após a sua filiação ao RGPS”

Assim, mais uma vez conferimos que **o caso em tela se amolda, nos termos da Lei, s. m. j, a aposentadoria por invalidez com proventos proporcionais**, haja vista, em primeiro plano, **não decorrer de acidente de trabalho**, e em segundo momento, **não estar definida, as doenças que apresentam a Requerente, no rol da Portaria n. 2998/2001 do MPAS e art. 14 da Lei 1.519/2014**, que trata do RPPS dos servidores do Município de Comodoro.

Salientamos que o presente processo de aposentadoria foi analisado pelo Departamento de Controle Interno do Município, Parecer n. 08/2021, recebendo aprovação.

Ressaltamos, por derradeiro, que a servidora em comento ingressou no serviço público em 20/05/2008, após a entrada em vigor da Emenda Constitucional n. 41/03, resultando na aposentadoria proporcional com base nas 80% maiores remunerações do seu cargo efetivo.



ESTADO DE MATO GROSSO
MUNICÍPIO DE COMODORO
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

3. Conclusão.

Em conclusão, verificando o pedido contido no requerimento inicial, juntamente com a farta documentação acostada, e notadamente em comparação com a normatização vigente, a Procuradoria do Município **emite parecer favorável a concessão da aposentadoria por invalidez com proventos proporcionais a Maria Luzia de Paiva**, com fundamento no art. 40, §1º, I, "b", da Constituição Federal, c/c, art. 12, I, da Lei Municipal n. 1.519/2014.

Informo ao Gestor do Comodoro-Previ que o presente processo administrativo deverá ser remetido integralmente ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso para realização do controle externo dos atos administrativo.

Este é o parecer, s.m.j.

Segue para apreciação superior.

Comodoro-MT, dia 21 de julho de 2021.

Rodrigo Rodrigues Peres
Procurador do Município